

MERCOSUL: O VERTICALISMO DAS INSTITUIÇÕES NO CONE SUL E A EMANCIPAÇÃO PARTICIPATIVA COMO UM DESAFIO REGIONAL

José Augustinho Luciano¹

RESUMO

Mercosul tem seu próprio caminho e está ligado a uma série de variantes. Nesse contexto, a sociedade civil é analisada de acordo com o seu grau de estagnação com relação ao desenvolvimento econômico e político. Falar dessa sociedade civil seria remeter-se às bases das instituições que apontam um sistema vertical histórico como modo operante. O ponto mais alto é ocupado pelo formalismo institucional e pelo aparelho burocrático. O povo é coadjuvante nas grandes decisões e o processo de integração, que ora acontece no Cone Sul, é deficitário de participação popular. Emancipar-se para uma política participativa seria reverter o processo histórico do verticalismo institucional com superação do déficit democrático e a construção de algo novo e oportuno ante as grandes transformações mundiais.

PALAVRAS-CHAVE

Mercosul, Sociedade Civil, Déficit Democrático.

ABSTRACT

Mercosul has its proper way and is on to a series of variants. In this context, the civil society is analyzed in accordance with its degree of stagnation with regard to the economic development and politician. To speak of this civil society would be to send the bases to it of the institutions that point a historical vertical system as operative way. The point highest is busy for the institucional formalism and the bureaucratic device. The people is coadjuvante in the great decisions and the integration process, that however happens in the South Cone, is deficit of popular participation. To emancipate itself for one participativa politics would be to revert the historical process of the institucional verticalismo with overcoming of the democratic deficit and new and opportune the construction of something before the great world-wide transformations.

¹ Graduando em Relações Internacionais e membro do grupo de pesquisa plataforma de análise técnica em relações internacionais da América do Sul – PÁTRIAS. Pesquisa o déficit democrático na América do Sul.

WORDS KEY

Mercosul, Civil Society, Democratic Deficit.

INTRODUÇÃO

Este trabalho não pretende se prender tão-somente à estrutura formal do Mercosul, mas sim analisar o Mercosul através das suas raízes e de suas frágeis relações das instituições com a sociedade civil. O foco principal se prende à débil participação popular nas transformações institucionais. Far-se-á uma releitura dos fatores que explicam o contexto histórico no Cone Sul, para então compreender o crônico déficit democrático na sub-região. O Mercosul será visto pelos seus fundamentos e pela relação de poder estabelecida entre seus membros no espaço delimitado como Cone Sul, distinto e ao mesmo tempo contido na América Latina. Levar-se-á em conta que uma integração regional não pode ser relacionada apenas por um fator isolado, é preciso explicá-lo através do conjunto que determina uma direção comum a todos os atores envolvidos. Far-se-á um estudo do Mercosul como um produto da história, algo que se explica através de um processo estabelecido no espaço e no tempo ainda não definido.

O artigo será apresentado em três partes principais, num primeiro momento buscar-se-á definir o Mercosul de acordo com os fundamentos regionais, pela relação de poder e pela distinção do Cone Sul dentro do contexto da América Latina. Num segundo momento será analisada a construção institucional dessa região e a ausência da participação popular com relação às instituições dos Estados e do Mercosul, buscando teorizar esse fenômeno. Por terceiro, far-se-á uma leitura analítica da sociedade civil da referida região, analisando-a de acordo com o aspecto político e econômico. Buscar-se-á um diagnóstico para essa sociedade e apresentando as possibilidades de uma emancipação participativa dentro do novo contexto da economia mundial. A integração regional poderia significar um melhoramento no modo de vida da população do Cone Sul? Qual seria o caminho viável da integração? Este trabalho tem como objetivo buscar essas respostas

1 FUNDAMENTOS DA INTEGRAÇÃO NOS LIMITES DO CONE SUL

A distinção de cone sul dentro da América Latina e a compreensão da integração sub-regional exigem o retorno aos contextos históricos relacionados aos contatos comerciais, ainda em tempos de colônia, e a formação econômica com a relação de poder que se estabeleceu na região do Rio da Prata desde o período colonial. A partir das minas de Prata de Potosí, no Alto Peru, que fez do Rio da Prata o maior corredor logístico da América do Sul, nasceu o primeiro sistema econômico e o “amalgama” regional com base no comércio e outras atividades que resultaram das

viagens comerciais de tropeiros, aventureiros ou de bandeirantes portugueses². Essa relação ilustra um contato econômico que transcende as linhas de fronteiras e mostra a região como uma área geográfica contagiada pela participação, desde o princípio, da sociedade numa certa rebeldia fronteiriça numa entonação integracionista comercial ao Cone Sul³.

O intercâmbio comercial se mostrou um elemento necessário para o desenvolvimento de atividades, sustentação, sobrevivência e formação de um modo operante regional. Porém para que se compreenda o processo de integração não se pode esquecer as relações de poder dentro do contexto geográfico da sub-região. Por que exatamente o Brasil, a Argentina, o Uruguai e o Paraguai iniciam uma integração sub-regional entre si e não com outros países? Para que se possa responder a estas questões é preciso reler o contexto histórico, político e cultural no qual se insere esses quatro países. Edmundo A. HEREDIA relata a história do Cone Sul distinguindo-o dentro da América Latina⁴.

HEREDIA contextualiza a América Latina pela sua origem e pela época de incorporação de suas nações à economia e ao sistema político mundial⁵. A história das nações latino-americanas traz, em primeiro lugar, o período de luta pela emancipação, na qual a maior parte dos recursos e atenções ficou a serviço da vitória; num segundo momento foram travados conflitos internos para definir organizações políticas e estruturais na área social, sendo que nesse último caso pode-se atentar para projetos de sistemas confederados que teriam o papel de agrupar várias nações para formar

² CERVO, Amado Luiz; RAPOPORT, Mario (orgs). *História do cone Sul*. Rio de Janeiro: Revan. 1998. p. 21-22.

³ Um exemplo disso é a origem da pecuária rio platense que num primeiro momento se origina dos cavalos fugidos da armada do forte fundado por Pedro de Mendonça. Esses cavalos já eram milhares nos tempos da fundação de Buenos Aires. Quanto ao gado vacum, atribui-se aos portugueses Cipriano e Vicente Góes por terem conduzido, a partir do povoado de São Vicente até Assunção, sete vacas e um touro. Através deste plantel saíram as trezentas cabeças que Garay levou a Buenos Aires quando fundou a cidade. As vacas se multiplicaram, e por não haver fossos ou cercas, fugiam para os campos abertos e, por não haver predadores naturais, se transformaram em imensos rebanhos, objeto de caça para a venda de couro na região portenha à revelia da coroa espanhola, sabendo-se que a Espanha não permitia o comércio deste vice-reino com qualquer outra coroa. CERVO, Amado Luiz; RAPOPORT, Mario (orgs). *História do cone Sul*. Rio de Janeiro: Revan, 1998. p. 21-22.

⁴ HEREDIA, Edmundo A.. O Cone Sul e a América Latina: interações. In: AMADO Luiz cervo. RIO Rapoport (orgs.). *História do cone sul*. Rio de Janeiro: Revan. 1998. p. 122-124.

⁵ Sobre essa definição ficaram todos os países compreendidos entre o Rio Bravo, fronteira setentrional do México, e o extremo sul do Chile e Argentina. Num primeiro momento essa região foi vista como elemento a ser aproveitado pela Europa para completar o processo de industrialização, levando-se em conta os recursos naturais indispensáveis para a mesma. Com a criação dos Estados Nacionais passou à releitura dos princípios liminares legados por seus fundadores, entrando os países europeus em competição para obter posições vantajosas sobre suas antigas possessões. Foi a partir de então, aos finais do século XIX, que a América Latina passou a adquirir a identidade como tal. Essa disputa entre as potências europeias para pôr em prática estratégias para ratificar a presença, ingerências e vários tipos de pressão sobre o continente latino-americano deu lugar a movimentos de repúdio e busca de autodefinição, ou auto-identificação, bem como pela procura de um desenvolvimento mais ou menos autônomo. HEREDIA, Edimundo. HEREDIA, Edimundo A. Op. cit., p. 125.

unidades regionais. Depois desse período estas nações ficaram envolvidas em um sistema que de algum modo as englobava. Algumas autoridades governamentais e de opinião acabavam por reconhecer uma história mais ou menos comum e em envolvimentos em projetos mais ou menos semelhantes com a finalidade de inserir-se no mundo. A partir de então, o conjunto de todas as sub-regiões passa a ser englobado sob o rótulo de América Latina⁶. No contexto apresentado por HERÉDIA, a América Latina passaria a buscar seu próprio conceito e a inserção de grupos sub-regionais com características comuns, tanto pela união, pelo conflito, pelas definições de fronteiras, disputas regionais e exercício de diplomacia. Temos então a distinção do Cone Sul como sendo uma das sub-regiões dentro da América Latina, que pela perspectiva histórico-geográfica é formado pelas atuais nações do Brasil, Paraguai, Uruguai, Argentina, Chile e Bolívia⁷, coincidentemente formadores iniciais do Mercosul, sendo que os dois últimos em fase de associados ao bloco de integração.

Segundo HERÉDIA, O Cone Sul pode ser compreendido através de duas perspectivas: a geografia e a histórico-cultural. Pela primeira, a configuração do espaço unitário se prende a três fenômenos naturais: a região e bacia platinas, na qual estão relacionados a Argentina, o Brasil, o Uruguai, o Paraguai e a Bolívia; a passagem inter-oceânica austral, na qual se insere as relações entre Chile e Argentina; e a região e bacia amazônicas, onde está inserido as relações entre o Brasil, Bolívia, Colômbia, Venezuela, Peru, Equador e as guianas. A participação e a ingerência de cada um dos países nesses fenômenos são diferentes, pois são vinculados à participação nacional com relação a esses territórios e esta vinculação está relacionada com a capacidade do exercício de poder frente aos seus vizinhos. Um exemplo dessas diferenças é o caso da Bolívia que tem sido excluída desses dois primeiros fenômenos quanto à utilização, manejo e administração dentro desses complexos naturais, suas relações são deficitárias quanto à região amazônica, mas é mais grave no caso da bacia platense na qual inclui boa parte de seu território. Temos ainda o Paraguai como um país da bacia platina inibido da condição de participante em virtude do protagonismo encerrado por Brasil e Argentina⁸. Desta forma, os países do Cone Sul se vinculam a uma posição geográfica frente aos fenômenos apresentados, e nesse contexto cada qual desprende o esforço para sustentar-se em si mesmo, determinando a relação de poder na sub-região, marcada pela assimetria regional, um fator relevante para explicar a complexidade do Mercosul.

A segunda perspectiva trata de um espaço comum marcado pela história e pela cultura, pela problemática que envolve a condição de distanciamento do império hispânico, afastado dos centros coloniais mais ricos como uma região periférica com relação à atenção da Metrópole. A sub-região foi zona de confronto entre os domínios da Espanha e de Portugal, bem como palco de confrontação entre brancos e índios e receptor significativo de variadas culturas e nacionalidades da Europa em grandes contingentes imigratórios⁹. Assim, a história traz os países do Cone Sul vinculados a

⁶ Ibidem, p. 126.

⁷ Ibidem, p. 127.

⁸ Idem.

⁹ Idem.

problemas semelhantes e ao mesmo tempo distintos que, pela semelhança ou pela diferença podem ser compreendidos como componentes de um concerto. Segundo HERÉDIA, as nações do Cone Sul seriam comparadas a uma verdadeira família, cuja qualificação se pode definir de mal havida, com parentescos às vezes não aceitos, e quando assumidos é com desagrado e protesto. Enquanto laços de vinculação são firmados com as nações hegemônicas da economia e política a nível mundial o que lhes garante uma inserção na órbita internacional numa qualidade de sócios menores. Esses vínculos foram mais fortes que os laços familiares e, com isso, ficaram subordinados aos sócios maiores como condições de estarem incluídos¹⁰.

As relações que se estabeleceram tanto no sentido das rivalidades entre grupos dominantes, como das alianças regionais, deram origem à criação de Estados nacionais que não levaram em conta as questões culturais e étnicas da sub-região. Tentou-se forjar uma identidade do ser nacional cuja essência se encontraria em uma suposta cultura nacional. As evidências mostram a durabilidade e persistência de formas culturais conservadas que continuam operando, apesar dos empenhos dirigidos no sentido de realizar os projetos nacionais¹¹. Essas formas culturais respondem com persistência através da sua moldagem étnica cultural, chegando a formar uma sólida contextura baseada no sentimento grupal e comunitário que dão testemunho originário de reivindicações perfiladas entre manifestações pacíficas ou impulsos de violência¹². Os bolsões culturais e étnicos que transcendem fronteiras no Cone Sul¹³ foram violentados pela construção institucional do Estado Nacional e forçados à vinculação da doutrina oficial com base numa suposta nação cercada por linhas geográficas. Essas linhas demarcadas pela geopolítica, resultantes do processo violento da colonização não foram suficientes para liquidar as comunidades culturais. Visto pela perspectiva ocidental, esses grupos são constituídos por comunidades plurinacionais, porém, partindo delas mesmas, não passam de comunidades compostas por indivíduos que se identificam entre si por uma cultura ou padrões de vida comuns, oriundos de uma história comum. Nesse sentido, elas não fragmentam ou enfraquecem a coesão nacional, pois são alheias aos modelos impostos pelo aparelho estatal centralizado. Nesse caso, esses grupos podem comportar-se como instrumento de soldagem e coesão internacional dos países em que estão implantados¹⁴.

¹⁰ Ibidem, p. 138.

¹¹ Ibidem, p. 128-129.

¹² Ibidem, p. 130.

¹³ No Cone Sul estão exemplos paradigmáticos dos complexos tupi-guarani, araucano-mapuche e quíchua-aimará. Os primeiros ocupam territórios pertencentes ao Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, construindo o complexo territorial guarani. Os araucanos-mapuches estão espalhados pelo sul do Chile e na região argentina da Patagônia. Do mesmo modo, os indígenas que habitam o norte da Argentina e do Chile têm mais afinidades entre si do que as diferenças das nações a que pertencem. Essas afinidades correspondem à sua natureza e sua história, enquanto que suas diferenças são resultados da educação oficial dos Estados a que pertencem. Desta mesma forma é a relação dos habitantes da imensa selva Chaquenha, compreendidas entre os territórios da Argentina, do Paraguai e Bolívia, portadores de diversas culturas e etnias, todas elas relacionadas à dependência da natureza.

¹⁴ Ibidem, p. 131-132.

Junto aos fatos culturais e étnicos está o fenômeno da imigração e uma cultura complexa nos países do Cone Sul. Vindos de várias regiões da Europa, implantaram um sistema próprio caracterizado pela cultura de origem. Ainda na atualidade, várias coletividades fixas nesta região se distinguem pelas instituições ou associações a que congregam nas suas tradições. Tais fatos foram decisivos para que se afirmassem, na região, comunidades marcadas por uma sociedade mais ou menos organizada como uma sociedade civil ligada a entidades representativas no Cone Sul¹⁵ e que, nos dias atuais, estão envolvidas nas transformações impostas pelo fenômeno da globalização.

A globalização é um fenômeno que não pode ficar ausente quando se fala em processo de integração. Poder-se-ia conceituá-la de convergência do conjunto de processos de transformações, ocorridas na sociedade contemporânea, ou como o atual período de evolução do capitalismo que se caracteriza pela continuação da expansão mundializante, com origem no capital, pela continuação, acentuação e aceleração¹⁶. Não se pode negar que a globalização é o motor integracionista do Cone Sul, uma força que domina o cotidiano mundial e tem seu ápice no desenvolvimento tecnológico e na capacidade de romper fronteiras através da comunicação e da transcendência do intercâmbio comercial entre os Estados¹⁷. Tal fenômeno impõe desafios a serem enfrentados pelos países menos desenvolvidos que possuem dificuldades em resolver seus problemas domésticos, daí a opção pela união em bloco para melhor enfrentar os problemas da mundialização, que permite a inserção na sociedade internacional¹⁸. A internacionalização da economia tem efeito transformador na sociedade e vem, desde a primeira revolução industrial, concentrando renda e fortalecendo os grandes centros de poder. Assim, a globalização também fundamenta o Mercosul como um método de continuação do processo econômico mundial, envolvendo a economia como um todo e a manutenção dos países do Cone Sul na condição de sócios menores dos países desenvolvidos¹⁹. Seria possível uma inversão desse processo? Para responder essa pergunta é necessário que se analise as instituições no Cone Sul e do Mercosul, bem como o potencial participativo da sociedade civil no contexto regional. O modelo institucional implantado a partir da criação dos Estados Nacionais, a herança colonial e o grau de participação da sociedade nas grandes decisões devem ser analisados para que se possa diagnosticar a vulnerabilidade regional frente ao fenômeno da globalização.

1.1 VERTICALISMO INSTITUCIONAL

No Tratado de Assunção, celebrado em 26 de março de 1991 não se observou a movimentação popular, tão pouco a fez conhecer pelos meios de comunicação de

¹⁵ Ibidem, p. 133.

¹⁶ FERREIRA, Maria Nazareth. *Mercosul: A Realidade do Sonho*. São Paulo: Arte & Ciência; ECA/USP. 2001. p. 124.

¹⁷ GOMES, Eduardo Biacchi. *A globalização Econômica e a Integração no Continente Americano: Desafios para o Estado Brasileiro*. Porto Alegre: Ijuí. 2004. p. 14.

¹⁸ Idem.

¹⁹ Ibidem, p. 44

massa, nem mesmo se tem conhecimento sobre uma coleta antecipada da opinião pública para que o mesmo fosse assinado. O Tratado foi celebrado pelos governos da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai levando em conta a importância da integração entre os países para uma melhor inserção mundial no novo contexto político-econômico internacional. O processo de integração foi impulsionado pela mudança de rumo na economia mundial e os motivos de discórdia do passado passam a ser instrumento de integração²⁰.

CERVO ilustra a mudança de comportamento dos Estados Nacionais com mudanças de postura política frente ao quadro econômico que ora se apresenta no cenário internacional. Por outro lado, pesquisas apontam que as mudanças com relação à construção institucional ainda são mantidas no curso da história. A construção institucional vertical, marcada pela ausência popular na construção do Mercosul é algo que se verifica desde a formação dos Estados Nacionais nos países do Cone Sul. Fernando PURCELL relata as questões ligadas à formação dos Estados e às formações das identidades nacionais no Cone Sul no passado, que coincide com os métodos usados recentemente no Tratado de Assunção²¹. O Chile deu início à construção da nação na primeira metade do século XIX, a partir da participação de um grupo que não ultrapassou 350 pessoas, sendo que a criação de uma identidade só foi possível graças a um complexo processo discursivo e simbólico, cujo principal protagonista foi o próprio Estado chileno²².

Assim como o Chile, outros países do Cone Sul, além do Brasil, foram construídos pela imposição vertical. A Argentina não existia antes da independência política, Assim como o Uruguai, o Paraguai e parte da Bolívia pertenciam ao vice-reinado do Prata, posto desta forma pela coroa espanhola para se prevenir contra o domínio português. Mesmo depois da independência, algo como a Argentina não aparece imediatamente na história. A junta de governo inicial, em 25 de maio de 1810

²⁰ CERVO, Amado Luiz. Op. Cit., p. 127.

²¹ PUCELL, Fernando. Discursos, Práticas e Atores na Construção do Imaginário Nacional Chileno (1810-1850). In: PAMPLONA, Marco A.; MÁDER, Maria Elisa (Orgs). *Revoluções de Independências e nacionalismos nas Américas: Região da Prata e Chile*. São Paulo: Paz e Terra, 2007. p. 173.

²² A formação do Chile é relatada pelo autor como sendo o resultado de esforços de grupos seletos, ao redor de Santiago, que reuniram um cabildo aberto em 18 de setembro de 1810, cujo efetivo de participantes não ultrapassou o total de 350 pessoas. A ideia de identidade, ou a tomada de consciência de nacionalidade no Chile se deu através dos jornais que transcendiam a ideia de nacionalismo. A república e o independentismo foram inflamados pelos *catecismos políticos* escritos por alguns religiosos, tal como o influente Camilo Henrique que declarou no *catecismo de los patriotas* que a pátria era uma grande família cuja lealdade estava acima das que existia naturalmente por laços de sangue, uma identidade acima da familiar, do local ou do regional. Assim sendo, não se pode afirmar que a construção do Estado do Chile tenha sido objeto de uma ruptura na qual houvesse a consciência antecipada da população, mas sim uma mudança na estrutura institucional que se instalou na esfera superior, através das elites locais, que promoveram a necessária informação do nacional para as bases sociais, um esforço institucional apoiado pelos meios de informações da época, para assim conquistar o reconhecimento. PURCELL, Fernando.

convoca povoados, cidades e províncias para criarem as Províncias Unidas do Rio da Prata, sendo que naquele momento não se pensava numa suposta nação argentina²³. A ideia da nacionalidade argentina foi o resultado do esforço dos escritores românticos da geração 1837. As obras escritas na época traziam o conteúdo ligado às transformações político-institucionais que acompanhavam os movimentos da liderança governamental, naquele momento representado pelo “caudilho” Juan Manoel Rosas. Nesse sentido, o que merece destaque é o *Fragmento preliminar al estudio del derecho*, publicado por Juan Bautista Alberdi que considerou as constituições argentinas equivalente a uma série de limitações artificiais e insistiu na necessidade de se superar a fase heróica da independência em prol de uma outra constituição. Estaria dessa forma criando uma verdadeira nação argentina, já que uma nação não seria uma nação a não ser pela consciência profunda e reflexiva dos seus elementos²⁴.

O Estado brasileiro também é o resultado da construção institucional vertical, uma imposição resultante de pequenos grupos que acolheram para si o desafio de construir uma identidade nacional. A independência foi um ato personalizado do herdeiro da coroa portuguesa, com o apoio de uma pequena elite, pegando para si a mais promissora colônia portuguesa. Naquele momento não havia uma sociedade civil expressiva capaz de opinar sobre um assunto tão complexo como a independência política. A maioria da população era escrava, listadas como propriedades animais, contidas nas relações de semoventes. A criação da identidade nacional veio junto com o movimento da república. Falou-se em cidadania, nos termos da Revolução Francesa, e as várias elites representadas pela pequena burguesia dividiam opiniões de como seria a república²⁵. Apesar do calor político por parte de pequenos grupos que pleiteavam a construção da república e a construção de uma sociedade livre do regime monárquico, a população pouco ou nada sabia sobre o significado dessas mudanças.

Desse modo, podemos descrever a integração no Cone Sul como uma integração institucional formal, sintonizada por mudanças econômicas internacionais, conduzida através do tradicional verticalismo interno de cada Estado, marcado pela subordinação dos países do Cone Sul com relação aos países desenvolvidos. No topo da pirâmide estão as instituições, construídas à revelia da população e atrelada à vontade política dos governantes; do lado de baixo está a sociedade civil marcada pelo distanciamento das questões políticas, preocupados com a sobrevivência dentro dos grupos. Mesmo assim se percebe que os órgãos institucionais do Mercosul tendem a buscar o reconhecimento da sociedade. Em se tratando do Mercosul já se criou veículos de inserção da sociedade civil no processo de integração através da criação do Parlamento do Mercosul e, principalmente, pela criação do Foro Consultivo Econômico-Social. Dessa forma a integração social informal seria conduzida pelas

²³ RICUPERO, Bernardo. As Nações do Romantismo Argentino. In: _____ (Orgs.) *Revoluções de Independências e Nacionalismos nas Américas*. São Paulo: Paz e Terra. 2007. p. 215.

²⁴ Ibidem, p. 220-222.

²⁵ CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi*. 3. ed. Rio de Janeiro: Companhia de Letras.

instituições e pela sociedade através das recomendações do FCES aos órgãos de decisões. Desta forma, as ações das instituições absorveriam um teor democrático de certa forma legítima diante de outros atores internacionais. O verticalismo institucional prende-se ao esforço dos órgãos institucionais através de suas ações para se alcançar a sociedade e garantir o transbordamento para além da formalidade. Para compreendermos melhor esse fenômeno é preciso fazer uma leitura da Teoria neofuncionalista que, embora não seja a única teoria capaz de explicar as relações regionais, se encaixa muito bem a esse modo operante. Marcelo Passini MARIANO diz que o neofuncionalismo se explica pelo processo de integração a partir de um núcleo central.

Esse núcleo seria formado pelos governos que dão início às negociações, por serem eles atores capazes de assumir compromissos e fazer com que a sociedade o respeite. Em outras palavras, a integração é impulsionada pelo núcleo funcional constituído pelos governos e as burocracias especializadas para formalizar sua estratégia política²⁶.

Pela teoria neofuncionalista, o processo burocrático iria se espalhando, o *spillover*, para a sociedade civil através da dinâmica das ações, mobilizando grupos de interesses contra ou a favor ao processo. O *spillover* pressiona a criação de burocracias voltadas para atender às novas questões de tal forma que os estreitos vínculos entre importantes organizações nacionais, como os partidos políticos, os sindicatos, as associações profissionais, organizações religiosas e outras organizações da sociedade civil acabam se encontrando na integração regional²⁷. A teoria em questão é coerente com o modo de formação dos Estados Nacionais e com a criação do Mercosul. Não poderíamos esperar, tendo em vista esta teoria, um novo modo de vida, mas sim, a transferência das expectativas excludentes de benefícios do Estado Nação para uma entidade maior, ter-se-ia então a garantia do velho modo de vida ao invés de um novo²⁸. Visto desta forma, compreendemos o Mercosul por dois aspectos: de um lado ter-se-ia o neofuncionalismo com as mudanças marcadas pela continuidade no mesmo processo vertical, de outro poderia ocorrer um aumento nos ânimos das bases sociais através de ações por parte dos foros sociais, e do FCES, com a ascensão de um novo modo operante capaz de romper com o velho sistema. Nesse segundo caso, o desafio a ser enfrentado não estaria a cargo das instituições, mas sim da sociedade civil. Ter-se-ia aí uma oportunidade de inverter as posições da pirâmide com relação à construção institucional, embora isso não se observa durante no Tratado de Assunção, tão pouco se percebe iniciativas mais ousadas por parte da sociedade civil.

²⁶ MARIANO, Marcelo Passini; MARIANO, Karina I. Pasquarello. *As Teorias de Integração Regional e os Estados Subnacionais*. Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC), São Paulo, SP. p. 55. Disponível em: <www.unimep.br/phg/editoras/revistas/pdf/Imp31.art.02.pdf>

²⁷ Ibidem, p. 56-57.

²⁸ Ibidem, p. 55.

1.2 MERCOSUL SOB A ÓTICA DA SOCIEDADE CIVIL

Para que possamos falar em sociedade no Cone Sul e do seu potencial participativo no processo de integração é preciso que se busque o conceito de sociedade civil no contexto regional em questão. Paulo Sergio PINHEIRO diz que a sociedade civil é um conjunto de organismos formado pelas organizações responsáveis pela elaboração e pela difusão das ideologias, compreendidos como as igrejas, os partidos políticos, o sistema escolar, as organizações profissionais, os sindicatos, a organização material de cultura (pelos jornais, revistas, editoras e meio de comunicação de massa), ou seja, organismos sociais relativamente autônomos em face da sociedade política²⁹. Raimundo ARON define sociedade civil internacional como a manifestação pela passagem livre das pessoas, pelas crenças comuns e organizações que ultrapassam fronteiras nacionais, ARON diz que a sociedade civil internacional é tanto mais viva quanto maior é o comércio, a movimentação e a comunicação³⁰. É necessário, portanto, que ao se falar de integração social no Cone Sul se leve em conta a definição de ARON, ou seja, a soldagem dos territórios nacionais através da participação da sociedade civil como uma entidade que transcende as linhas demarcadas pelos Estados Nacionais. Desta forma, a cultura e a etnia sobre regiões marcadas pelo modo de vida e pela mescla que se estabelece através do movimento migratório pode ser uma área de trabalho para se construir a integração. É preciso que se saiba, sobretudo, que o Mercosul se encontra num universo complexo, cercado por problemas estruturais históricos, como visto no primeiro capítulo com HEREDIA, que vai além das forças nacionais e que, primeiramente, deve-se compreender a sociedade civil no contexto do Mercosul para então medir a dimensão dos desafios a serem enfrentados para se chegar a uma integração efetiva.

Para que possamos fazer uma leitura da sociedade civil no processo de integração que ora se encerra é preciso, primeiramente, que se analise a efetividade democrática desta sociedade com relação às discussões comparadas àquelas relacionadas às instituições. Podemos ensaiar uma resposta sobre esse assunto com a análise da Primeira Cúpula Social do Mercosul realizada em 18 de janeiro de 2007. Na ocasião a plenária reuniu-se em 9 grupos, cada grupo representou um assunto a ser discutido³¹. Os assuntos tratados são problemas comuns que podem ser resolvidos em conjunto através das ações dos Estados sob a recomendação da sociedade civil, exercida dentro dos Estados membros no curso do processo da integração. Nota-se, portanto, que

²⁹ PINHEIRO, Paulo Sergio. *O conceito de Sociedade Civil*. Disponível em: <www2.dbd.-PUC-Rio-br/pegamum/teses abertas>.p. 93.

³⁰ ARON, Raimundo. *Paz e Guerra entre as Nações*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2002.

³¹ Agricultura Familiar, Reforma Agrária, Cooperativas, Desenvolvimento Local, economia solidária, segurança alimentar; o grupo 2 sobre gênero, raça, etnia e direitos humanos; o grupo 3 sobre cultura, juventude, educação, comunicação; o grupo 4 sobre trabalho decente, migrações integração dos povos; o grupo 5 meio ambiente, desenvolvimento sustentável, recursos naturais e água, infraestrutura e energia; o grupo 6 sobre tratados de livre comércio, integração e modelos de desenvolvimento; o grupo 7 a participação cidadã e instituições do Mercosul, o grupo 8 sobre a saúde; e por último o grupo 9 tratou assuntos sobre o parlamento do Mercosul – *BOLETIM SOMOS MERCOSUL*.

em dois temas a cúpula trata de assuntos econômicos, o grupo 1 e 6, nos outros temas os assuntos se prendem a temas sociais. Comparando com os 13 (treze) subgrupos de Trabalho do Grupo Mercado comum, um órgão institucional formal do Mercosul, apenas 2 (dois) são voltados para a área social, o subgrupo da saúde e o do trabalho, os outros 11 (onze) são voltados para a área econômica. Isso leva a crer que as instituições e a sociedade civil diferem quanto aos seus objetivos, podendo isso significar uma inversão no sentido da pirâmide ou a estagnação no processo de integração. Caso fosse um processo de inversão, qual seria a capacidade transformadora desta sociedade? Para responder esta questão apresentamos uma pesquisa sobre a participação das pessoas dentro das próprias entidades que a representam.

Entre os dias 26 a 28 de abril realizou-se o Foro Social do Mercosul em Curitiba na Reitoria da Universidade Federal. Fez-se, nessa ocasião uma pesquisa para o TCC em bacharelado em Relações Internacionais, que pesquisa o déficit democrático no Mercosul³², para medir o grau de participação da população com respeito ao conteúdo do Foro Social. No Fórum havia um esforço em torno das questões sociais e uma declaração desmedida para a confirmação de uma identidade em torno do processo de integração, ali se encontravam representantes de praticamente todos os países da América do Sul, através de entidades sociais com representação dos mais variados segmentos da sociedade, tais como a defesa da mulher, dos jovens, das igrejas, da água do negro e outros. Nesse caso teríamos ali uma sociedade formada por grupos organizados, que defendem seus interesses e que se inter-relacionam entre si. Todos buscando pontos de convergências para a defesa de seus interesses e dos interesses em geral. Do lado de fora, após o processo de abertura, durante o primeiro intervalo, foram coletadas informações de pessoas numa distância não maior que cinquenta metros da Reitoria. O resultado foi que 100% dos entrevistados não sabiam sobre o que se tratava naquele evento³³. Esta pesquisa realizada para o TCC entra em sintonia com uma outra pesquisa apresentada por Maria Nazareth FERREIRA, coletada através do Instituto Gallup em 1997 sobre a popularidade no Mercosul por parte da sociedade Brasileira:

O instituto Gallup realizou uma pesquisa com pessoas para avaliar o conhecimento que a população brasileira teria sobre o Bloco. Os resultados indicavam que “O Mercosul é, ainda, uma entidade desconhecida por parte dos brasileiros. Metade da população não sabe da existência do Mercosul, enquanto a outra metade simplesmente não sabe dizer o que é”.

³² LUCIANO, José Augustinho. *Pesquisa para TCC. Foro Social do Mercosul.*

³³ Pesquisa realizada em 26 de abril de 2008 pelo autor deste TCC, com o objetivo de medir a participação social no Mercosul. Ao ser perguntado sobre o evento e se sabiam o que se passava por ali os seguintes entrevistados responderam: Patrícia Roberta, moradora de Curitiba, vendedora, trabalha numa loja em frente à Reitoria achou se tratar de doações de plantas; James Teodoro Vicz proprietário de uma papelaria localizada a 50 metros da Reitoria não sabia do conteúdo do evento, tinha conhecimento de que havia algo devido ao movimento; Adevaire Vicente de Sousa, morador de Pinhais, gari, que naquele momento recolhia lixo em frente à Reitoria ignorava o conteúdo do evento e ficou admirado em saber, através da entrevista, que ali se encontrava m representantes de muitos países; Edilson de Farias, morador de Curitiba, trabalha no estacionamento localizado a 50 metros, declarou não saber do evento, mas que agora estaria explicado o porque de tanto movimento no local em que trabalhava.

Mesmo desconhecendo o Bloco, sete em cada dez entrevistados acharam vantajoso participar do Mercosul. A porcentagem de favoráveis elevou-se para 91% entre as pessoas do segmento social vulgarmente conhecido como “classe alta” e a aceitação por parte da população de nível superior alcançavam os 89%³⁴.

O resultado mostra que as pessoas representadas pelas entidades da sociedade civil não estão intimamente ligadas a estas entidades, tampouco pouco opinam ou cobram resultados das ações das referidas entidades. Isto também explica o desconhecimento sobre o Mercosul, ou o fato de saber da sua existência, não sabendo do que se trata, mesmo assim, favoráveis ao processo de integração. Esse indicativo nos leva a crer que o povo está habituado a deixar por conta das instituições as decisões que definem o seu destino, explicando o déficit participativo dentro da própria sociedade civil. Não há transbordamento para além da formalidade que seja fácil quando a população está estacionada aos parâmetros da própria sobrevivência e distante das entidades que a representa.

Para tentar compreender a sociedade do Cone Sul e diagnosticá-la dentro dos padrões apresentados nas pesquisas apresentar-se-á uma análise para explicar o fenômeno social regional. Pela complexidade da região em questão pode-se fazer uma leitura da sociedade civil sob dois aspectos: uma voltada para o potencial participativo nas questões políticas; outra voltada para as relações da sociedade com os fatores da economia. Pela primeira, Gilberto DUPAS³⁵ fala da sociedade civil sul-americana através de uma releitura da morfologia social apresentada por Émili DURKHEIM³⁶. Ter-se-ia duas espécies sociais, uma marcada pela solidariedade mecânica marcada por uma maior distância entre os grupos sociais e, conseqüentemente, entre estes e as instituições. Uma outra marcada pela solidariedade orgânica com uma participação popular facilitada pela própria amplitude social e pela necessária interdependência entre os grupos sociais e as instituições. Com esta teoria, poder-se-ia compreender melhor o déficit democrático que marcou a formação dos Estados Nacionais do Cone Sul e recentemente a criação do Mercosul. Conclui-se assim, que não houve um avanço significativo no tocante à evolução social na América Latina desde o período da formação dos Estados Nacionais, desta forma a América Latina não teria atingido plenamente o objetivo da evolução política e as divergências entre os indivíduos, as entidades e as instituições explicam-se pela dificuldade de emancipação participativa ao longo da história. Não há uma soldagem consistente entre as instituições e os indivíduos. A carência de uma solidariedade orgânica bem concluída teria criado o isolamento institucional durante as grandes transformações políticas, podendo,

³⁴ FERREIRA, Maria Nazareth. Op. cit., p. 93-94.

³⁵ DUPAS, Gilberto. *América Latina no Início do Século XXI: Perspectivas econômicas, sociais e políticas*. São Paulo/ Rio de Janeiro: UNESP. 2005. p. 193-194.

³⁶ Émile DURKHEIM defende que a sociedade pode ser dividida em sociedade mecânica e sociedade orgânica. A sociedade mecânica é aquela ainda em estágio primitivo, em que as pessoas estão ligadas à luta pela sobrevivência individual com ações voltadas para dentro dos grupos a que pertencem. A sociedade orgânica é aquela em estágio que vai além da luta pela sobrevivência individual, é formada por grupos organizados que se inter-relacionam no sentido de que o indivíduo esteja sob ações voltadas para fora do grupo a que pertence.

atualmente, enfraquecer o processo em andamento e dificultar a realização do bloco econômico. Este fato ficou evidente durante a crise cambial nos anos entre 1999-2002 que quase pôs fim ao processo de integração, que naquele momento se fez pensar numa nova institucionalidade ou num relançamento do Mercosul para superar a crise, com alargamento do processo para a participação social e pela busca de uma identidade mercosulina³⁷.

Pela perspectiva econômica, DUPAS apresenta uma leitura sobre a interferência do capitalismo na dinâmica social. O déficit participativo estaria ligado ao modelo econômico imposto ao longo do período de desenvolvimento da política capitalista e que se acentuou com o fim da guerra fria. O mundo estaria, desta forma, sob a guisa do jogo de poder estabelecido através de três atores principais: O Capital, a Sociedade Civil e o Estado³⁸. O jogo se dá no cenário mundial através da liderança associada à capacidade de um Estado em se apresentar como portador de um interesse geral e ser percebido pelos outros. Nesse aspecto são apresentados três tabuleiros: O tabuleiro de cima, composto pelo poder militar americano; o tabuleiro do meio, composto pelo poder econômico dos EUA, Japão e Europa com 1/3 (um terço) do PIB mundial; e o tabuleiro inferior, composto por múltiplos atores sociais em nível local e internacional, que seria a organização da sociedade civil³⁹. No antigo jogo nacional global, antes do fim da guerra fria, havia o predomínio de regras de direito internacional que partiam do pressuposto que os Estados poderiam fazer o que quisessem dentro de suas fronteiras, na nova lógica de poder mundial essas regras passam a ser contestadas e o Estado perde força diante do capital e, conseqüentemente, a sociedade civil se afasta das instituições estatais. O novo jogo despreza as fronteiras e se torna imprevisível sob a ascendência de novos papéis e regras desconhecidas. Assim, procede o processo de formação de blocos econômicos para a melhor inserção nesse cenário. Mas isso não significa melhor distribuição de riqueza e sim a recriação do capitalismo sob um jogo onde o fluxo de capital passa a não ter limites quanto aos seus movimentos⁴⁰. Por esse aspecto o início do século XXI coloca a sociedade civil diante de uma corrosiva desesperança levando à reflexão sobre as bases fundamentais do tipo de sociedade que se deseja. Na pós-modernidade se percebe que a ordem mundial implica na superação da dinâmica de luta de classes e incide na criação de uma nova estrutura de castas: de um lado os incluídos; de outro os excluídos. É o surgimento de uma sociedade atomizada e de uma nova classe dirigente, com uma visão tecnocrata e funcional sobre as orientações políticas e econômicas. Desta forma, a sociedade não está mais preocupada com as questões ligadas às estruturas institucionais, mas sim em manter-se incluída na máquina mantida pelo capital⁴¹.

³⁷ CAETANO Gerardo. Mercosul: quo vadis. In: *DEP (Diplomacia, Estratégia e Política)*, Projeto Raul PLEBISCH, N 5 (jan/mar). Brasília, 2007. p. 144-147.

³⁸ DUPAS, Gilberto. *Atores e poderes na Nova Ordem Global: Assimetrias, instabilidades e Imperativos de Legislação*. São Paulo: UNESP, 2005. p. 26-27.

³⁹ Idem.

⁴⁰ Ibidem, 36-38.

⁴¹ Ibidem, 43.

Pelos aspectos político e econômico apresentados por DUPAS, pode-se compreender melhor o déficit participativo e a “anestesia” social local. O desenvolvimento econômico teve seu espaço no Cone Sul no sentido vertical, com impulsos dos grandes centros econômicos aos países da sub-região, principalmente Brasil e Argentina. Esse desenvolvimento não foi estendido para a área social, a sociedade, embora seja um ator no jogo mundial, se comporta como pedras menores do jogo e não tem participação no acúmulo de riquezas geradas pelo processo de desenvolvimento na própria região. Gilberto DUPAS relata através de um documento elaborado pela CEPAL a apresentação do conceito de vulnerabilidade social atendo-se à precariedade econômica e social da maioria da população latino-americana. Segundo análise da CEPAL, o aumento da indigência, da pobreza, da fome, do desemprego e da informalidade no mercado de trabalho aumentaram as condições sub-humanas de existência, tornando-se impossível a elevação das condições sociais. Segundo Gilberto DUPAS, esta situação dificulta a manutenção da solidariedade mecânica, e compromete a existência da solidariedade orgânica na sociedade. No primeiro caso o estágio primitivo tende a persistir no âmbito da instituição familiar e na sua respectiva luta pela sobrevivência. Assim, há dificuldade em se passar para o estágio da solidariedade orgânica, pois esta é baseada numa complementação por diversas partes capazes de construir uma organização social com mais autonomia a partir de uma sociedade consciente e individualmente livre. Dessa forma, a sociedade, caso tornasse efetivamente orgânica, faria com que Estado e sociedade visualizassem maiores possibilidades para o progresso, crescimento e distribuição de riquezas⁴².

Pela análise das instituições e da sociedade civil percebe-se que o processo de integração encerrado até o presente momento não está ligado diretamente à vontade das pessoas e o déficit democrático no Cone Sul está ligado à influência do modelo capitalista no desenvolvimento social. Portanto, temos um processo de integração que obedece o mesmo princípio das transformações institucionais ao longo da história sob a agravante da mudança nas regras de jogo na nova ordem mundial. Visto por este modo, qual seria o caminho para se romper com esse processo e concluir uma integração efetiva? Pelo que foi apresentado, não se deve deixar de enunciar que o maior de todos os desafios seria a emancipação social, ou seja, fazer da sociedade uma força participativa dentro do processo de transformação estrutural e institucional no Cone Sul. Eduardo Biacchi GOMES alerta para a necessidade da participação da sociedade no processo de integração dos países periféricos. O autor analisa o processo de integração com probabilidades de sucesso através da transparência e do transbordamento para além da formalidade⁴³. GOMES fala sobre o risco do continuísmo do regime de dependência instituído entre os países periféricos e o centro de poder econômico. A formação do Mercosul estaria sendo a continuação da história da América do Sul dentro dos mesmos padrões advindos do período colonial, levando ao aumento da desigualdade. A globalização, como segue, faz com que a integração regional passe a ser a reprodução do processo econômico sem compromisso com a esfera do desenvolvimento regional⁴⁴.

⁴² DUPAS Gilberto. Op. cit., p. 193-194.

⁴³ GOMES, Eduardo Biacchi. Op. cit., p. 104.

⁴⁴ Ibidem, p. 58.

Samuel Pinheiro GUIMARÃES diz que os países da América do Sul têm a necessidade de enfrentar uma série de desafios para se chegar a autonomia econômico-social. O primeiro desafio a ser enfrentado seria a desconcentração de poder, ou seja, a redução gradual das disparidades sociais de toda ordem. O segundo é a superação da vulnerabilidade externa dentro da área econômica, tecnológica, política, militar e ideológica. O terceiro é o domínio da tecnologia de ponta para alcançar o desenvolvimento econômico relativo diante dos outros atores internacionais. O quarto desafio a ser enfrentado, é transformar o sistema democrático formal em democracia efetiva⁴⁵. Enfrentar a desconcentração de poder seria levar à redução gradual e firme das disparidades sociais de toda ordem em todos os países da região, um papel que caberia à vontade política dos governantes e aos apelos da sociedade através de órgãos de representatividade. Superar a vulnerabilidade externa na área econômica, tecnológica, política, militar e ideológica cabe a programas conduzidos por ideias de desenvolvimento que substitua o crescimento e geração de riqueza por estabilidade social e não por estabilidade financeira. O domínio tecnológico de ponta deve ser enfrentado para que se torne possível enfrentar o mundo competitivo e oligopolizado pelas megacorporações multinacionais. Isso deve ser feito a partir de esforços nacionais no sentido de transformar em realidade o potencial natural do Cone Sul e da América do Sul, pela criação de uma infra-estrutura física e social, causando o aumento da produtividade de todos os segmentos da população, através de um desenvolvimento sustentável e não de deterioração dos recursos naturais. Alcançar uma democracia efetiva seria levar à população excluída do processo político, à vontade e condições necessárias de participação, não apenas na escolha de candidatos, mas no sistema de acompanhamento e controle dos eleitos e na participação da criação de políticas públicas capazes de promover a desconcentração de poder em favor da maioria.

Todos os desafios são difíceis de serem enfrentados e todos eles convergem para a emancipação social, pois devemos levar em conta que o social sempre esteve em segundo plano durante as grandes transformações políticas do Cone Sul. O grande problema estudado até aqui é a ausência das pessoas diante das instituições. Realizar os desafios apresentado por GUIMARÃES seria resolver definitivamente o problema da democracia formal, ou seja, colocar as pessoas no âmbito das instituições e estreitar a distância entre povo e governo. É preciso que haja desenvolvimento social e, conseqüentemente, a emancipação da sociedade civil como um todo. Para tanto, é preciso que as instituições se voltem para dentro da sub-região, é preciso reforçar a estrutura econômica de forma sustentável para uma melhor imposição no jogo mundial e com isso atingir o ânimo das bases sociais para que elas queiram ou se sintam necessárias no processo de transformação acordadas no processo de integração. Portanto, essas instituições deveriam buscar um caminho para a integração social que não seja distante da economia, pois é através da união econômica e com a vontade política da sociedade que se possibilitaria atingir maior índice de desenvolvimento humano, com menor desigualdade e maior distribuição de riquezas. Conquistar-se-ia finalmente a vontade dos indivíduos em participar, através de entidades que a representam com real promoção da autonomia e emancipação regional.

⁴⁵ Idem.

CONCLUSÃO

Pelo exposto neste artigo, podemos concluir que o Mercosul é o resultado das relações de poder estabelecidas no espaço regional caracterizado como Cone Sul, que se destaca das demais sub-regiões. Dentro deste contexto, as relações mais acentuadas são aquelas que se deram na região conhecida como Rio da Prata, na qual se acirrou a luta pela hegemonia, principalmente entre Brasil Argentina, que em tempos recentes se transformou em poderoso instrumento de integração. Não se pode negar que o processo de integração, nessa região, teve como “motor” a globalização, porém isso não basta para explicar a busca pela formação do bloco exatamente entre os quatro países que assinaram o tratado de Assunção. Portanto, o histórico regional é preponderante para explicar as transformações institucionais que ora se encerra no Cone Sul, com as transformações nas relações econômicas e a preservação do velho modo operante de construção institucional, marcada pelo verticalismo institucional, herança das coroas espanhola e portuguesa e do modo como se fez os Estados Nacionais.

As pesquisas apontam que o Tratado de Assunção traz consigo a marca histórica do déficit democrático. Este déficit se verifica na histórica formação dos Estados Nacionais que foram construídos pela vontade de pequenos grupos, com posterior conscientização da população sobre a necessidade da criação de identidade nacional. O Mercosul, por conseguinte, foi criado pela vontade dos Estados Nacionais, caracterizado pelas ações das instituições governamentais a partir de seu corpo burocrático sem a conscientização e participação popular. Nesse sentido, podemos definir o processo de integração como sendo incluso na teoria neofuncionalista, sendo caracterizado pelo espalhamento das ações institucionais a partir do ponto central para a população localizada nos pontos periféricos. Assim, poder-se-ia afirmar que não estaria acontecendo a criação de algo novo, mas a continuação do velho modelo característico da história do Cone Sul.

O trabalho buscou responder em que lugar se encontra a sociedade civil nesse contexto de integração, como também buscou responder sobre o potencial dessa sociedade para interferir no processo que ora se encerra. Um estudo realizado através de DUPAS apresenta o diagnóstico da sociedade do cone Sul por dois aspectos: um político e outro econômico. Pela ótica política, a sociedade estaria fora do alcance participativo pela sua própria indefinição estrutural. Pela ótica econômica, a estrutura mundial imposta pelo modelo econômico deteriora a disputa entre as classes, instrumento capaz de ativar a vontade participativa nas grandes decisões institucionais. Nesse sentido, as oposições de classes são substituídas pela criação de duas castas: os incluídos e os excluídos. Dentro dessa nova formação ter-se-ia os incluídos como sociedade organizacional totalmente integrada à máquina do capital, desprovida do ócio para a participação política, por outro lado, a classe excluída seria a grande massa de reserva de trabalho a espera tão-somente da inclusão. Deste modo não há como deixar a tarefa da superação do déficit democrático para a sociedade, as instituições teriam que despertar o interesse da sociedade civil através de ações, primeiramente agindo para superar a vulnerabilidade regional, procurando diminuir as disparidades internas, buscando o domínio da tecnologia. Assim, poder-se-ia conquistar o interesse para uma

participação efetiva da sociedade nas discussões das coisas que dizem respeito a todos. Ter-se-ia assim, uma real emancipação regional e uma sociedade civil composta por entidades capazes de alcançarem os indivíduos que compõem as suas bases, despertando nelas a vontade de sair da condição de excluídos para serem objetos de transformação dentro desta nova ordem não apenas como condição de incluídos. Com o processo de integração e uma emancipação participativa seria possível inverter o curso da história com a construção de algo novo e oportuno ante a dinâmica da globalização? Essa resposta não esteve ao alcance deste trabalho, mas a análise das instituições e da sociedade civil do Cone Sul trouxe o reconhecimento da fragilidade regional. Nesse sentido, podemos concluir, finalmente, que o conhecimento de si mesmo, no contexto do Cone Sul, seria o primeiro passo para alcançar a superação diante dos grandes problemas externos. Ter-se-ia então, não uma solução pronta e acabada, mas um longo caminho a ser percorrido.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Mercosul: fundamentos e perspectivas**. 2. ed. São Paulo. LTR, 1998.
- ARRON, Raimundo. **Paz e Guerra entre as Nações**. São Paulo: Imprensa Oficial, 2002.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Brasil, argentina e Estados Unidos: da Tríplice Aliança ao Mercosul, 1870-2003**. 2. ed. Rio de Janeiro. Revan. 2003.
- CAETANO Gerardo. Mercosul: quo vadis. In: **DEP (Diplomacia, Estratégia e Política)**. Projeto Raul PLEBISCH, N 5 (jan/mar). Brasília, 2007.
- CARVALHO, José Murilo de. **Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi**. 3. ed. Rio de Janeiro: Companhia de Letras.
- CERVO, Amado Luiz; RAPOPORT, Mario. **História do Cone Sul**. Rio de Janeiro: Revan. 1998.
- DUPAS, Gilberto. **América Latina no Início do Século XXI: Perspectivas econômicas, sociais e políticas**. São Paulo/ Rio de Janeiro: UNESP, 2005.
- _____. **Atores e poderes na Nova Ordem Global: Assimetrias, instabilidades e Imperativos de Legislação**. São Paulo, UNESP, 2005.
- GOMES, Eduardo Biacchi. **A globalização Econômica e a Integração no Continente Americano: Desafios para o Estado Brasileiro**. Porto alegre: Ijuí. 2004.
- FERREIRA, Maria Nazareth. **Mercosul: A Realidade do Sonho**. São Paulo: Arte & Ciência; ECA/USP. 2001.
- GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Desafios Brasileiros na Era dos Gigantes**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.
- JAEGER JUNIOR, Augusto. **Mercosul e a livre circulação de pessoas**. São Paulo: LTr, 2000.
- HEREDIA, Edmundo A.. O Cone Sul e a América Latina: interações. In: AMADO Luiz cervo; MARIO Rapoport (orgs.). **História do cone sul**. Rio de Janeiro: Revan, 1998.
- LUIZ, Denise de Souza. **Integração Jurídico-Social do Mercosul**. Curitiba: Juruá, 2005.
- MARIANO, Marcelo Passini; MARIANO, Karina I. Pasquariello. **As teorias de integração regional e os Estados Subnacionais**. Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC), São Paulo. Disponível em: <www.unimep.br>. Acesso em: 10 jan. 2008.
- PAMPLONA, Marco A.; MÄDER, Maria Elisa. **Revoluções de Independências e nacionalismos nas Américas: Região do Prata e do Chile**. São Paulo: Paz e Terra.

PINHEIRO, Paulo Sergio. **O conceito de Sociedade Civil**. Disponível em: <www2.dbd.-PUC-Rio-br/pegamum/teses abertas.>

PUCCELL, Fernando. **Discursos, Práticas e Atores na Construção do Imaginário Nacional Chileno (1810-1850)**. In: PAMPLONA, Marco A.; MÄDER, Maria Elisa (orgs). *Revoluções de Independências e nacionalismos nas Américas: Região da Prata e Chile*. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

RICUPERO, **Bernardo**. **As Nações do Romantismo Argentino**. In: _____(orgs.). *Revoluções de Independências e Nacionalismos nas Américas*. São Paulo: Paz e Terra, 2007.